



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SUDESTE DE MINAS GERAIS  
Campus Muriaé

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IF SUDESTE DE MINAS – CAMPUS MURIAÉ**

“O projeto da escola depende da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaço, isto é, com o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa “lançar-se para frente” antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar.” Moacir Gadotti

**MURIAÉ  
NOVEMBRO DE 2010**

## SUMÁRIO

Apresentação .....	3
1. A sociedade que temos .....	4
1.1 Crise ecológica .....	4
1.2 Crise energética .....	5
1.3 Crise alimentar .....	5
1.4 Crise econômica .....	6
1.5 Crise do trabalho .....	6
1.6 Crise sócio-cultural .....	7
2. A sociedade que queremos .....	7
2.1 Valores que fundam a sociedade que queremos .....	7
2.2 A construção da sociedade que queremos .....	9
3. A escola que queremos para a construção da sociedade que queremos .....	10
4. Valores que colocaremos em prática no IF Sudeste de Minas - Campus Muriaé .....	13
5. Organização curricular .....	14
5.1 Diretrizes para a organização curricular do IF Sudeste de Minas – Campus Muriaé .....	14
6. Ensino, pesquisa e extensão .....	15
6.1 Diretrizes para o ensino, para a pesquisa e para a extensão .....	17
7. Gestão democrática e participativa .....	18
7.1 Diretrizes para uma gestão democrática e participativa .....	19
8. Avaliação .....	21
8.1 Avaliação de desempenho do aluno .....	21
8.2 Avaliação institucional .....	22
9. Assistência ao educando .....	24
Referências Bibliográficas .....	25

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO IF SUDESTE MG - CAMPUS MURIAÉ

### **Apresentação**

O projeto político pedagógico do IF Sudeste de Minas – Campus Muriaé foi construído com a participação dos seus servidores e representantes da sociedade, cada qual contribuindo com seu conhecimento e com sua percepção sobre a escola, sobre o trabalho, sobre a sociedade e sobre as respectivas inter-relações.

As ações para esta construção se consolidaram: a) na criação de uma comissão responsável pela condução dos trabalhos; b) pela organização de um seminário sobre política, trabalho, educação e sociedade; c) pela mobilização do servidores em torno da escrita do documento.

O conjunto de ideias que constituíram este documento partiu do princípio de que a escola é muito mais do que um local onde se pratica ações de ensino – aprendizagem. Trata-se de um ambiente muito mais complexo, que provoca impressões, reflexões e reações na vida do discente e do egresso, assim como irradia seus princípios e contribuições para a sua comunidade. Sendo assim, o IF Sudeste – Campus Muriaé tem uma responsabilidade crucial sobre o indivíduo e a sociedade, não podendo se resguardar de contribuir para a evolução dos mesmos. Deve portanto ser, sobretudo, um ambiente de reflexão e discussão para que o conhecimento nele construído contribua para a humanização e harmonização dos interesses e do trabalho social.

Sendo assim, o documento está organizado da seguinte forma: a) na primeira seção reflete-se sobre a sociedade contemporânea e aponta suas crises mais evidentes; b) na segunda seção discute-se o formato e as possibilidades de uma nova sociedade; c) a terceira seção propõe os princípios gerais da escola compatível com a nova sociedade; d) as seções seguintes apresentam as diretrizes do IF Sudeste de Minas – Campus Muriaé, compatíveis com a escola que queremos.

## **1. A sociedade que temos**

A percepção que orienta essa análise enfatiza as transformações sociais que vivenciamos no atual período histórico. Nesse período apresentam-se com maior urgência – mas nem sempre com muita clareza - modelos de sociedade em disputa e suas possíveis soluções para o quadro de crise que então se instala já que, como diria Gramsci, “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não nasceu: neste interregno surge uma grande variedade de sintomas mórbidos”. O novo está em disputa e é dessa disputa que sobrevirá ou não um projeto emancipatório.

Ousamos denominar essa crise de civilizacional, enfatizando que ela se manifesta nas crises econômica, ecológica, alimentar, energética e do trabalho. Acrescente-se ainda que o conjunto dessas crises é também acompanhado por uma crise ético-cultural, ou seja, não se trata apenas de uma crise ancorada nas relações de produção, mas também e sobretudo uma crise do sentido humano.

Por ser uma crise civilizacional exige uma interpretação sistêmica que parte de uma visão transformadora que acredita que um outro mundo e uma outra sociedade são possíveis. Vejamos as manifestações da crise global aqui divididas em dimensões apenas para efeitos de análise, sabendo que o quadro real é um todo contraditoriamente articulado.

### **1.1 Crise ecológica**

O planeta Terra dá sinais cada vez mais reiterados e evidentes de esgotamento. Os sistemas físicos e biológicos alteram-se rapidamente como nunca antes aconteceu na história da civilização humana.

É no tipo de desenvolvimento econômico implantado, especialmente, ao longo dos últimos dois séculos, baseado no paradigma do crescimento econômico ilimitado, na ideia de progresso infinito e na concepção de que os recursos naturais seriam inesgotáveis e de que a nossa intervenção sobre a natureza se daria de maneira neutra, que se encontra a razão do impasse que

vivemos. Na origem da crise ecológica está o consumo desenfreado.

## **1.2 Crise energética**

Associada à crise ecológica está articulada a crise energética. A civilização moderna é insaciável por energia. As matrizes energéticas centralizadoras, poluidoras e devastadoras do meio ambiente – tributárias da sociedade industrial –, apresentam enorme ameaças a biodiversidade e perigos à civilização humana, particularmente no caso da energia nuclear. Cabe alertar que essas matrizes energéticas pertencem cada vez mais ao passado e o século XXI exigirá outras fontes de energia – renováveis e limpas.

## **1.3 Crise alimentar**

A crise energética, com graves repercussões ao meio ambiente, apresenta implicações também para a crise alimentar. Sobre a fome do mundo, registre-se que sua obscenidade se torna ainda maior quando se sabe que no mundo de hoje há mais comida do que em qualquer outro momento da história da humanidade. Temos 6,7 bilhões de habitantes, e produzimos mais de 2 bilhões de toneladas de grãos, o que significa que produzimos quase um quilo de grãos por pessoa e por dia no planeta, amplamente suficiente para alimentar a todos. Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) o mundo precisaria de US\$ 30 bilhões por ano para lutar contra a fome, recursos que significam apenas uma fração do US\$ 1,1 trilhão aprovado pelo G20 (grupo das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia) para lidar com a recessão mundial. 65% dos famintos vivem em somente sete países, no mesmo momento em que 1 bilhão de pessoas estão passando fome. Por outro lado, 1 bilhão sofre de obesidade por excesso de consumo, uma criança americana consome o equivalente a 50 crianças africanas da região subsaariana.

A fome é um problema, sobretudo, de acesso à comida e não de

disponibilidade de alimentos, ou seja, a crise alimentar não é uma crise fundamentalmente de produção, mas de distribuição. O problema está no mercado. Nas últimas décadas, o livre comércio e as políticas neoliberais favoreceram e incrementaram o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, da reforma agrária, da produção ecológica o que agrava o quadro da fome no mundo.

#### **1.4 Crise econômica**

A origem das crises anteriores encontra-se no fato de que economia deixou de ser a “serva” da sociedade para se tornar a sua “senhora”, a “grande transformação” de que nos fala Karl Polanyi. Impulsionada pela ideia de progresso linear e quantitativo assentado sobre o crescimento econômico e recursos naturais ilimitados, a economia, na sociedade industrial, foi se desvencilhando gradativamente da ética e da política e passou a ser orientada e regida tão somente pelo mercado. Ainda mais, para além ruptura da relação entre economia e sociedade, também a ligação entre economia e ambiente foi se desfazendo.

Hoje, portanto, já não podemos mais dar centralidade apenas à economia para depois nos ocupar das outras crises. A questão fulcral diz respeito ao esgotamento do modelo de desenvolvimento criado e incrementado na sociedade industrial baseado em uma visão linear, progressiva, infinita e redutora de desenvolvimento, e que tem no consumo desenfreado a sua mola propulsora.

#### **1.5 Crise do trabalho**

As condições de vulnerabilidade crescente, de grande parte da força de trabalho do planeta, estão associadas a dois grandes movimentos que impactaram o capitalismo mundial a partir do último quartel do século XX e adentraram o século XXI: a substituição do processo produtivo padronizado

pelo processo flexível – a radical transformação das forças produtivas e a reorientação do papel do Estado, isto é, sua subordinação ao mercado, sobretudo financeiro.

A ruptura com a sociedade industrial, provocada pela reorganização das forças produtivas, a erosão do Estado-Nação e o seu (re) direcionamento para desfazer o contrato do bem-estar social, estão na origem da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e engendram três “novas” categorias de trabalhadores: os integrados, os semi-integrados e os excluídos. O agressivo ataque dos interesses econômicos ao mundo do trabalho é outro fator que reconfigura a realidade do mundo do trabalho. Assiste-se, nas últimas décadas, a uma ofensiva do capital frente ao trabalho, que se manifesta no trinômio flexibilização, terceirização e precarização. A ordem do capital é desregulamentar, enquanto os avanços da produtividade mostram que a redução da jornada de trabalho para aproximadamente 20 horas semanais seria plenamente viável.

## **1.6 Crise sócio-cultural**

Crise sócio-cultural que se desdobra em uma dimensão ética – valores, família, preconceitos, sexualidade, uso de drogas etc – e também do sentido da condição humana em sua perspectiva existencial – projeto de vida, conflitos entre carreira, família, comunidade, autonomia moral.

## **2. A sociedade que queremos**

### **2.1 Valores que fundam a sociedade que queremos:**

- Defesa de um projeto de desenvolvimento democrático, solidário e sustentável que promova e garanta a sociobiodiversidade. Para tanto, é necessário que a economia seja colocada em favor da vida e do trabalho, de forma que o lucro – e o incentivo ao consumismo que lhe faz

acompanhar - não seja a tônica da produção, mas a promoção do bem viver.

- Democracia participativa pautada pelo controle social das políticas públicas, garantido pela hegemonia da classe que vive do trabalho na direção política da sociedade, o que se garantirá através da construção de espaços – fóruns, conselhos etc - onde todos possam se manifestar e decidir sobre os destinos políticos da sociedade.
- Promoção do diálogo intercultural como forma de combate a toda forma de fundamentalismo – religioso, econômico, cultural etc – e contribuição para o fortalecimento de um ambiente cultural pluralista. O respeito às diferenças também rejeita toda forma de monopólio da informação, acreditando que, para uma participação política consciente, é necessário garantir o acesso de todos às informações necessárias. Isso supõe tanto a superação de uma educação bancária – onde o professor é o único detentor do conhecimento – como também do monopólio dos meios de comunicação – vinculados atualmente aos grandes grupos econômicos.
- Cultura da solidariedade que, em contraposição ao individualismo consumista, manifesta-se na promoção de relações igualitárias de gênero, cor, etnia, geração e socioeconômicas. Iniciativas essas que se constituem no conceito de bem viver.
- O trabalho como fundamento ontológico do ser humano e a criação do homem integral, manifestada na superação da alienação e desigualdade social. A valorização do trabalho requer a superação de sua histórica submissão à lógica do capital, haja vista que é dentro da lógica da produção capitalista que são produzidas as condições alienantes de trabalho a partir da exploração. Cooperativismo e autogestão são modos de administrar a produção voltada para a satisfação das necessidades humanas sem o desperdício e a destruição do meio ambiente provocados pelo capitalismo.



## **2.2 A construção da sociedade que queremos**

A construção da sociedade que queremos não pode ser obra realizada por uma elite dirigente nem tampouco resultado do desenvolvimento natural da sociedade com o passar do tempo. Ela requer a participação ativa daqueles que almejam sua transformação. Para sua construção articulam-se elementos objetivos e subjetivos que devem ser conscientemente conhecidos e trabalhados socialmente para que os avanços sejam permanentes.

As condições objetivas são aquelas relacionadas à maneira desenvolvida pela sociedade para sua produção e reprodução. Isso inclui tanto as estruturas utilizadas na produção como a terra, as fábricas, a tecnologia, bem como as relações de exploração ou solidariedade que as classes sociais estabelecem entre si no processo de produção. As condições para a transformação das relações fundadas na exploração para aquelas baseadas na solidariedade encontram-se dadas na atualidade devido ao desenvolvimento das formas de produzir que são cada dia mais coletivas, o que pode ser percebido pela progressiva interdependência da produção. Mas essa mesma transformação é impedida de acontecer devido à manutenção de relações sociais calcadas na propriedade privada das terras, fábricas e recursos tecnológicos por um reduzido contingente social, o que exclui uma grande parte da sociedade das condições de usufruírem um vida digna. Além desse impedimento, a sociedade fundada no capital é marcada por crises constantes que surgem a partir do aprofundamento da exploração. Para a superação dessas crises o capitalismo tem promovido cada vez mais exploração e exclusão social, destruição do meio ambiente e a promoção de guerras. Ou seja, soluções que passam longe de serem desejadas pelo conjunto da sociedade.

Por sua vez, as condições subjetivas se manifestam em movimentos sociais de natureza diversa que questionam essa sociedade do capital em diversas dimensões – economia, política, social etc. São sujeitos sociais que discordam das soluções adotadas pelo capitalismo para os problemas enfrentados pela humanidade e propõe alternativas nas relações de produção

que, ao mesmo tempo, eliminem a sanha pelo lucro e a exploração de uma classe sobre a outra. No entanto, se é necessário reconhecer esses avanços que têm ocorrido no campo social nos últimos tempos a partir das mobilizações por outro mundo possível, é necessário diagnosticar também o nefasto avanço dos diversos fundamentalismos – sejam eles religiosos, econômicos ou políticos. Por isso, é preciso estar consciente da necessidade de aqueles que almejam a transformação social ocuparem os espaços em que os projetos de sociedade apresentam-se em luta.

Enfim, é preciso ter clareza de que o projeto de sociedade emancipada e da construção do homem integral deve ser fundamentado no princípio do empoderamento, que é justamente aquele desenvolvimento que nasce de baixo para cima e de dentro para fora. Ou seja, um desenvolvimento que não é imposto, mas construído a partir da autonomia dos agentes sociais.

### **3. A escola que queremos para a construção da sociedade que queremos**

A construção do projeto democrático popular de sociedade deve caminhar no sentido de colocar fim à separação historicamente construída entre o trabalho manual e o trabalho científico ou intelectual. Sabemos que a ação educativa é portadora de instrumentos capazes de um lado em produzir conformidade e de outro despertar o senso crítico, portanto, a escola pode vir a servir a classe dominante ou atuar de forma a contribuir com a libertação das classes operárias. É nessa última perspectiva que trabalham os educadores preocupados com a construção de uma sociedade economicamente igualitária, democraticamente política e ideologicamente pluralista.

Sabemos que a escola, ainda que seja um local de disputa de projetos político-sociais, não é o único nem tampouco aquele que bastaria ser hegemônico pelas classes populares para que as contradições de classe fossem superadas. Ou seja, é necessário reconhecer os limites da ação educativa. Se é verdade que ela pode ser agente de conformismo, resistência ou transformação social, ela não o é sozinha, mas articulada com a totalidade social e suas contradições. Sendo assim, ao reconhecermos a dimensão

político-ideológica da escola, somos levados a uma tomada de posição relativa aos projetos político-sociais que se apresentam em disputa em seu espaço, haja vista que uma postura de neutralidade é impossível.

É preciso reconhecer que existem três tipos de contradições ligadas ao âmbito educacional referentes a homem e sociedade, homem e trabalho e por fim, homem e cultura (Saviani, 2005).

Na primeira contradição, *homem e sociedade*, gera-se um indivíduo incapaz de perceber no outro o movimento de integração, pelo contrário enxerga-o como obstáculo. Portanto cada sujeito atua isoladamente de acordo com seus próprios interesses e esse fator, ao mesmo tempo que dificulta a transformação social, fortalece um modelo de sociedade competitivo e excludente. A fim de superar esse formato de educação é preciso garantir uma formação geral e comum a todos os indivíduos tendo como objetivo transformar o homem individual em ser genérico, superando a contradição entre homem e sociedade.

No que se refere à segunda contradição – *homem e trabalho* -, é necessário atentar para o fato de que, se ele é um fundamento ontológico do homem e que é a partir dele que o homem se constitui, na sociedade capitalista ele é transformado em uma atividade de degradação do sujeito passando a ser estranho a ele. Na educação, essa separação se traduz em um ensino que traz consigo uma divisão da sociedade em dois grupos e uma educação diferenciada para cada um. Para a grande maioria da população destina-se uma educação que prepara o homem para a realização do trabalho manual sem que este necessite do domínio de fundamentos teóricos. Já para uma pequena parcela da sociedade a educação tem o papel de possibilitar o domínio teórico para que esse grupo se responsabilize pelo trabalho intelectual e tenha “capacidade” de assumir cargos representativos da classe dominante.

A proposta de educação profissional integrada do IF Sudeste – Campus Muriaé pretende acabar com a contradição entre homem e trabalho, ou seja, com a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, centrando esforços no sentido de formar o homem integralmente, de modo que ele se aproprie dos fundamentos de todas as técnicas do trabalho e consiga transpor isso para a sua prática, o que se entende por politecnia.

A sociedade atual também gera uma relação contraditória entre *homem e cultura* ao dividi-la, contrapondo a cultura socializada e construída coletivamente pelo conjunto da sociedade à cultura individualizada em que prevalecem elementos tidos como dominantes no agrupamento social. A educação frente à cultura mantém seu posicionamento enviesado tal como na sua relação com a contradição entre homem e sociedade, homem e trabalho. Para superar essa contradição, a escola não deve abandonar o desenvolvimento cultural dos trabalhadores a um processo difuso, é necessário organizá-lo. É preciso que os educandos disponham de organizações culturais nas quais possam participar em igualdade de condições com os demais produtores culturais coletivos da discussão, em nível superior, dos problemas que afetam toda a sociedade e, portanto, dizem respeito aos interesses de cada cidadão.

A educação profissional tecnológica para ser efetiva depende da introdução do trabalho na escola enquanto princípio educativo na direção do rompimento de uma lógica excludente. Mas enfatizando a dimensão social do processo de transformação social, não se limitando a ser um paliativo para alguns poucos indivíduos mais dotados – os chamados *self-made-men* -, nem tampouco uma política social compensatória – nos moldes do neoliberalismo.

Coerente com esses posicionamentos, o IF Sudeste – Campus Muriaé adota dois princípios educativos básicos: educação pelo trabalho vinculada criticamente com a realidade atual em níveis local, regional e global e preocupada com um desenvolvimento integral que seja econômico e socialmente justo, politicamente democrático, ambientalmente sustentável e culturalmente pluralista; e a auto-organização dos educandos, como fundamento da construção da autonomia escolar e política dos mesmos, com vistas à construção de uma sociedade emancipada. Pautando suas ações pedagógicas nesses princípios, o Instituto acredita estar contribuindo com uma pequena, mas, importante parcela do processo de construção de uma sociedade em que as potencialidades humanas sejam continuamente fomentadas.

#### **4. Valores que colocaremos em prática no IF Sudeste de Minas – Campus Muriaé**

➤ Escola democrática e participativa.

Aquela que entenda que a cidadania não é algo abstrato a ser doado ou conquistado em um determinado momento antes do qual o cidadão não se acha capacitado a exercer-se politicamente, mas sim que o ser humano é essencialmente político e que suas atitudes – mesmo as aparentemente mais sem significado – são eminentemente políticas. Uma escola participativa é construída pela comunidade escolar como espaço de debate político em que o destino da comunidade seja coletivamente definido.

➤ Construção da autonomia.

Contribuir para o fortalecimento da organização livre, consciente, responsável e participativa do estudante e a sua integração na vida acadêmica.

➤ Educação pelo trabalho superando as contradições acima referidas:

- ✓ Desenvolver uma formação baseada em princípios humanísticos, objetivando a construção de uma educação tecnológica preocupada também com o social.
- ✓ Garantir uma estrutura física e de funcionamento que atendam as condições de permanência e aprendizagem adequadas às demandas e necessidades da comunidade escolar e seu entorno social, dentro dos princípios de uma escola aberta à comunidade.
- ✓ Elaborar pesquisas e projetos voltados para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural das comunidades local e regional.
- ✓ Impulsionar a formação continuada da comunidade escolar para que seja instigada a produzir e realizar atividades educativas voltadas para pesquisa e extensão.

## **5. Organização curricular**

A organização curricular de cada curso é a ferramenta que direciona e viabiliza as ações propostas na direção de construir a escola que queremos para a sociedade que queremos. Sendo assim, a estrutura curricular dos cursos do IF Sudeste de Minas – Campus Muriaé contemplará as práticas necessárias para que cada curso, com suas respectivas particularidades, venha formar o indivíduo pelos princípios da integralidade. Devem, portanto, contemplar as oportunidades de se trabalhar as disciplinas de natureza geral e as disciplinas de natureza profissionalizantes de forma conjunta. Devem também orientar as atividades acadêmicas no sentido do aprendizado e da reflexão de questões locais e globais, individuais e sociais, racionais e éticas. Deve, ainda, potencializar as oportunidades de integração, identificação e reflexão com relação a comunidade local e a sociedade como um todo, por meio da oportunização e do incentivo à participação do discente nas atividades complementares, nas atividades de pesquisa e de extensão, nas atividades de estágio, nas práticas de campo e de laboratórios.

### **5.1 Diretrizes para a organização curricular do IF Sudeste de Minas – Campus Muriaé**

Tendo em vista os princípios pelos quais o IF Sudeste de Minas - campus Muriaé quer pautar seu trabalho, sua organização curricular deve:

- promover a prática educacional de maneira que as disciplinas de formação básica, tecnológica e complementar sejam trabalhadas de forma integrada no sentido da construção do conhecimento;
- ser dinâmica, acompanhando as transformações sociais e do mundo do trabalho de forma a manter a capacidade de formar o profissional integral atualizado e consciente;
- ser coerente com a realidade local e regional, oportunizando o atendimento de suas demandas sem, no entanto, comprometer a capacidade do egresso de atuar em outros espaços geográficos;

- potencializar as oportunidades para atividades de pesquisa, extensão e estágios, entendendo tais práticas como necessárias ao complemento do ensino, por meio da vivência, da reflexão e da troca de experiência;
- potencializar a utilização de laboratórios e de outros espaços especificamente equipados no intuito de aproximar o discente de seus instrumentos de trabalho, dando a ele a oportunidade de conhecer os mecanismos de funcionamento e atuação desses objetos;
- potencializar o uso da biblioteca, bem como promover sua valorização enquanto ambiente de cultivo da informação, da cultura, da descoberta e da memória;
- oportunizar a integração horizontal e vertical da comunidade acadêmica de forma a promover o convívio social e o aprendizado daí resultante;
- oportunizar a integração entre os campi e entre as demais instituições de educação e cultura de forma a promover o intercâmbio cultural e tecnológico.

## **6. Ensino, pesquisa e extensão**

Em busca de uma educação na qual os pressupostos não são baseados apenas em princípios legais e a formação desejada não seja somente tecnicista, o IF- Sudeste de Minas - Campus Muriaé se propõe a criar um espaço onde o processo ensino-aprendizagem esteja presente em todos seus componentes humanos e estruturais. Nesse sentido, a extensão torna-se de extrema importância, pois encontra-se no mesmo patamar de atividade do ensino e da pesquisa. Pensando em indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e no que essa tríade quer construir, ressaltamos a importância de que as atividades executadas na escola contribuam para a concretização de um saber democrático e principalmente solidário.

A Política de Ensino no IF-Sudeste MG - Campus Muriaé, acredita na escola como espaço de transformação social. A nossa proposta é contribuir com a transformação do indivíduo como cidadão autônomo, crítico e ético, que possa trabalhar no sentido de edificar um mundo cada vez melhor, para nós e

para as gerações que estão por vir.

Trabalhamos com uma visão unificada (holística) e em regime de colaboração, na qual o todo é mais importante que as partes. Para atender às demandas locais e regionais estamos sempre procurando os representantes da comunidade muriaeense e da região (políticos, empresários, entidades filantrópicas e outras.)

Busca-se um ensino que não se limite à sala de aula, mas que compreenda todos os espaços onde se realizam o processo histórico-social onde são expressos e vividos conteúdos de caráter transdisciplinar em busca de um pensamento organizador. Este realiza uma reflexão acerca das atividades humanas que partem da interação do indivíduo e o meio em que vive.

É preciso entender que o processo ensino-aprendizagem é uma troca de conhecimentos e que o educador precisa explorar as diferenças dos educandos buscando alternativas para um trabalho de partilha e em equipe. Para isso, é fundamental realizar pesquisas e diagnósticos, detectando onde estão os obstáculos que dificultam a aprendizagem. Este modelo de prática educacional consiste na construção de um Ensino que engloba toda a comunidade escolar, docentes, discentes e profissionais que atuam no âmbito da Instituição.

A pesquisa é de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem e responsável pelo desenvolvimento econômico, pois fomenta o avanço tecnológico e apresenta soluções para um melhor aproveitamento dos recursos produtivos. É feita coletivamente, englobando a comunidade externa, sendo que os objetos de pesquisa são formulados a partir da realidade e anseios desta comunidade. A extensão não consiste só na atitude de levar o aluno a conhecer e trabalhar para as necessidades da sociedade, mas também trazer a comunidade para dentro da escola.

Várias discussões acerca do que seja extensão têm sido feitas no cenário atual, portanto, é preciso delimitar aqui qual a nossa concepção de extensão.

A extensão que se busca neste IF Sudeste de Minas – Campus Muriaé não tem o caráter de substituir obrigações assistencialistas, mas sim



envolver todas as partes (educadores, discentes e comunidade externa) de forma dialógica, que possibilite uma flexibilização curricular objetivando a formação de um cidadão crítico.

Consideramos então que o ensino oferecido pelas instituições públicas permanece distante das camadas menos favorecidas da população, contudo, acreditamos que a redução dessas desigualdades não acontecerá por meio da extensão como perspectiva assistencialista, acadêmica ou mercantilista, pois estas são próprias do capitalismo. Assinala-se a necessidade de exercer uma extensão caracterizada pelo compromisso social, qual seja, de acordo com Jezine (2004) o comprometimento com a crítica e autonomia dos sujeitos sociais, princípio a ser desenvolvido na prática curricular do ensino, da pesquisa e da extensão. A formação profissional de hoje precisa ter como princípio a interação com a sociedade, com propósitos que vão se situar historicamente, ou se identificar culturalmente e/ou referenciar sua formação técnica com os problemas que possivelmente precisará enfrentar em uma vivência profissional.

### **6.1 Diretrizes para o Ensino, Pesquisa e Extensão**

- desenvolver uma formação baseada em princípios humanísticos, objetivando a construção de uma educação tecnológica preocupada também com o social;
- conjugar esforços do corpo docente, discente e comunidade escolar para a construção de um ensino-aprendizagem planejado e coletivo, de forma que todos se sintam co-responsáveis por construir uma educação de qualidade;
- garantir que nosso ambiente esteja adequado às demandas e necessidades de cada curso implantado para a perfeita realização do trabalho pedagógico, inclusive no aspecto de infra-estrutura;
- elaborar pesquisas e projetos voltados para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural das comunidades local e regional;
- articular as atividades de extensão com o ensino e a pesquisa, em sintonia com os arranjos sociais, produtivos, culturais, esportivos e de lazer locais e

- regionais;
- contribuir para o fortalecimento da organização livre, consciente, responsável e participativa do estudante e a sua integração na vida acadêmica;
  - estimular as relações com empresas, instituições públicas, privadas e da sociedade civil, com o objetivo de ampliar a oferta de estágios para os alunos e promover a troca de informações técnicas, profissionais, culturais e educacionais;
  - utilizar-se da extensão e pesquisa para construir o reconhecimento da Instituição perante às comunidades local e regional;
  - motivar os alunos para projetos de pesquisa e extensão, envolvendo-os e despertando a cultura da educação aliada à prática social;
  - ampliar o campo de ação da escola, objetivando atender às carências regionais em termos de qualificação profissional;
  - impulsionar a formação continuada da comunidade escolar para que sejam instigados a produzir e realizar atividades educativas voltadas para pesquisa e extensão.

## **7. Gestão democrática e participativa**

Para assegurar que a efetivação dos objetivos propostos pelos Institutos Federais, estabelecidos pela Lei Federal nº 11.892/2008 e para atender aos anseios por um espaço escolar onde a democracia e a transparência sejam realidade, o Campus Muriaé do IF Sudeste de MG está construindo suas políticas pedagógicas e administrativas de forma coletiva e participativa. Para tanto, alguns paradigmas estão sendo quebrados dando lugar a um novo modelo de escola, com identidade e cultura própria, cujo foco é uma educação de qualidade, voltada para a transformação social e baseada nas práticas democráticas de gestão.

Muito se fala acerca da Gestão Democrática e Participativa, mas pouco se avançou na validação de suas práticas, principalmente dentro do contexto das instituições públicas de ensino. A escola precisa ser vista como um espaço

social e político com vistas a educar de forma inclusiva e igualitária, servindo-se de ferramenta para transformação social. Para cumprir este papel, a escola precisa assegurar práticas educativas de qualidade que garanta construção de saberes e conhecimento bem como sua (re) formação cidadã.

Por se tratar de um espaço de transformação (pessoal e social), a escola, como promotora de educação, do desenvolvimento e da cidadania, precisa ser gerida de forma democrática e participativa, onde cada indivíduo seja um agente desta transformação, entendendo-se por indivíduos os profissionais da educação, os alunos, os pais e a sociedade civil (organizada ou não). Somente com a participação de todos é que será possível construir esta nova escola, que será o ponto de partida da busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

O ponto de partida para consolidar uma Gestão Democrática e Participativa dentro do espaço escolar é a participação efetiva de todos, em um exercício de cidadania profissional e de compromisso com a educação. É de extrema importância que a comunidade escolar participe das discussões e do funcionamento da organização escolar, bem como das tomadas de decisões, ou seja, só é possível a prática de uma Gestão Democrática e Participativa se todos, professores, servidores técnico-administrativos, alunos, pais e a sociedade participem comprometidamente e ativamente do processo. Essa prática se consolida por meio da participação dos conselhos e comissões técnicos e docentes, associação de pais e mestres, grêmios estudantis, centros e diretórios acadêmicos.

### **7.1 Diretrizes para uma gestão democrática e participativa**

- Assegurar a efetivação de processos de gestão pedagógica, administrativa e financeira democrática, cooperativa, transparente e participativa;
- promover o planejamento, a execução, acompanhamento e avaliação das ações de forma participativa;

- estabelecer e aprimorar práticas que fortaleçam a visão holística (a instituição vista como um todo e não como partes fragmentadas) do campus Muriaé;
- assegurar aos órgãos colegiados a participação nas avaliações e adequações na estrutura organizacional de forma a garantir o perfeito funcionamento e inter-relações de todos os setores que compõem o campus Muriaé;
- criar mecanismos de acompanhamento e avaliação institucional;
- estabelecer diretrizes para organizar as rotinas e normas organizativas que assegurem o melhor fluxo e transparência dos processos;
- promover a valorização e a formação continuada dos servidores com vistas à qualificação profissional e satisfação pessoal dos mesmos;
- promover a contínua melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de servidores necessários ao bom funcionamento da escola, (assegurada as dotações financeiras e orçamentárias disponíveis);
- acompanhar e divulgar as decisões da reitoria nos âmbitos administrativos e pedagógicos;
- criar mecanismos que estabeleçam processos de comunicação efetiva no ambiente interno e externo do campus;
- propiciar espaços para reflexão e debates acerca das questões institucionais visando sempre a eficácia organizacional;
- conhecer e respeitar leis e normas que regem a educação e a instituição;
- garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da escola (docentes, discentes e técnico-administrativos), bem como atribuir as funções dos diversos profissionais nos seus respectivos setores;
- promover integração entre as diversas áreas profissionais, bem como em todo ambiente organizacional (interno e externo);
- respeitar a pluralidade de idéias, buscando catalisar as diferentes visões para ampliar as possibilidades de ação no campus Muriaé;
- promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do campus Muriaé e à socialização dos seus trabalhos;

- envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais nos processos decisórios relativos à atuação do campus Muriaé;
- estabelecer mecanismos que permitam o cultivo da ética e de valores humanos mais solidários nas práticas do campus Muriaé.

## **8. Avaliação**

### **Nosso sistema de avaliação**

“A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do educador, na sua trajetória de construção do conhecimento”. (Hoffmann, 1991, p.18)

#### **8.1 Avaliação de desempenho do aluno**

Classificar é diferente de avaliar. Perrenoud trata desse assunto tão delicado nos remetendo ao verbo classificar como escolher entre melhores e piores alunos, os que irão progredir e os que ficarão retidos. Porém o conceito de avaliação é muito maior, pois deve permear todo o processo ensino-aprendizagem e não deve servir somente para promover e sim ser um trabalho contínuo de obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa. A avaliação deve ser qualitativa e, não, quantitativa. Com isso, o Campus Muriaé entende que a avaliação da aprendizagem deve ter por objetivos:

- diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades;
- possibilitar que os alunos auto-avaliem sua aprendizagem;
- orientar o aluno quanto aos esforços para superar as dificuldades;
- orientar as atividades de planejamento dos conteúdos curriculares;
- possibilitar o replanejamento durante o processo educativo, permitindo a adequação aos progressos dos discentes.

Nosso sistema de avaliação procura contemplar os alunos de forma a tornar a aprendizagem mais significativa e envolver os professores de forma a não separar as práticas educativas das avaliativas, possibilitando o acompanhamento dos avanços educacionais e possíveis intervenções pedagógicas. Dessa forma, a avaliação tem função formativa pois possibilita a verificação da aprendizagem durante o processo, fazendo assim com que os educandos tomem consciência de seu desenvolvimento durante todo processo, proporcionando momentos de crescimento.

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio, a instituição deverá:

“I – Elaborar instrumentos metodológicos de avaliação e validação de conhecimentos, experiências e saberes, a partir da concepção do trabalho como princípio educativo;

II – Realizar avaliação diagnóstica para identificar os conhecimentos, experiências e saberes resultantes de sua trajetória profissional e de vida e, também, as suas insuficiências formativas;

III – Reconhecer os conhecimentos, experiências e saberes acumulados com a finalidade de permitir ao trabalhador o prosseguimento nos estudos e exercício profissional.” (LDB, 2010)

## **8.2 Avaliação Institucional**

Entendemos que todos os profissionais também devem participar do processo de avaliação de caráter orientador, em todas as dimensões que, direta ou indiretamente, interferem em sua conduta e desempenho profissional. É importante identificar e estimular nos profissionais do IF Sudeste – Campus Muriaé a capacidade de trabalhar em equipe, a competência técnica e acadêmica, a facilidade de relacionamento interpessoal, a criatividade, dentre outras características. Neste sentido o IF Sudeste – Campus Muriaé possui uma subcomissão da Comissão Própria de Avaliação (CPA), eleita por seus

pares. A CPA estabelece os mecanismos para o processo de auto-avaliação obedecendo ao SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). São atribuições da CPA:

- aprovar as políticas e as diretrizes para a avaliação interna da Instituição;
- apreciar e aprovar os processos de avaliação interna;
- prestar as informações solicitadas pelo INEP;
- avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na Instituição para subsidiar os novos procedimentos;
- articular-se com as Comissões Próprias de Avaliação de outras Instituições de Ensino Superior e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e outras agências governamentais;
- promover a sensibilização para criar condições para o desenvolvimento de uma cultura de auto-avaliação no IF Sudeste MG;
- criar seu cronograma de aplicação dos procedimentos de auto-avaliação dos Cursos do IF Sudeste MG, observando os prazos sugeridos pelo INEP;
- regulamentar o processo eleitoral para a escolha dos membros que irão compor as Subcomissões.

No IF Sudeste - Campus Muriaé também existe a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) que é o órgão representativo dos docentes, e que deverá assessorar a Direção-Geral e a Gerência de Recursos Humanos em assuntos referentes à Progressão Funcional por tempo de serviço e por titulação, bem como deverá coordenar as atividades referentes aos afastamentos para realização de pós-graduação *lato-sensu* e *strictu-sensu*, além de outros constantes em seu regulamento.

A Comissão Interna de Supervisão (CIS) é constituída por representantes dos servidores Técnico-Administrativos em Educação integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e tem como atribuição supervisionar, acompanhar, orientar e avaliar junto aos servidores, à Direção Geral e à Coordenação-Geral de Recursos Humanos quanto ao Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação.

É essencial que o IF tenha clareza sobre o perfil do profissional com o qual deseja contar, tendo assim um parâmetro para se realizar uma avaliação institucional que proporcione transformações e que permita a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição.

## **9. Assistência ao educando**

As trajetórias escolares dos sujeitos sociais são geralmente marcadas pela exclusão. O resultado desta prerrogativa se faz sentir mais intensamente nas camadas populares. É através do atendimento e inclusão daqueles que mais necessitam, que se assume o compromisso com uma transformação social.

Entende-se por assistência no âmbito educacional, aquela que visa a democratização do ensino, a permanência e a conclusão do curso, assim como a melhoria na qualidade do ensino. Para tanto, faz-se necessário o trabalho integrado de uma equipe multidisciplinar, na qual atuem profissionais da saúde e da educação.

A assistência ao educando traduz o reconhecimento de que o ingresso escolar se dá, muitas vezes, por meios discriminatórios. O bom desempenho escolar está atrelado às condições psicossociais a que o estudante está sujeito. A devida atenção às diferenças de ordem sócio-econômica, assim como a busca de alternativas, oportuniza o ingresso escolar daqueles que apresentam dificuldades que muitas vezes impedem a sua permanência. Assim, a escola tem o dever de desenvolver uma política de assistência permanente ao educando. As necessidades comuns aos estudantes são, geralmente: alimentação, transporte, material didático, vestuário, moradia, isenção de taxas, programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico, entre outros. A concessão dos benefícios ofertados pela política de assistência ao educando, se dá através do conhecimento da realidade do estudante.



## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/99. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Profissional de Nível Médio.

GADOTTI, Moacir. O Projeto Político Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: GADOTTI, Moacir et al. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e Desafio** - Uma Perspectiva Construtivista. 18 ed. Porto Alegre: Mediação, 1991.

JEZINE, Edineide. **A extensão universitária como uma prática social**. Disponível em [www.alasru.org/.../15%20GT%20Edineide%Jezine.pdf](http://www.alasru.org/.../15%20GT%20Edineide%Jezine.pdf). Acesso em 08 de novembro de 2010.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação. **Da Excelência à Regulação das Aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

Saviani, dermeval. Instruções escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de história da educação**, Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005.